

JORNAL OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

SEMANÁRIO LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2001 - DE 02/04/2001 Nº 485/2025

PICUÍ - PARAÍBA 09 DE DEZEMBRO DE 2025

“ O TEMOR DO SENHOR É O PRINCÍPIO DA SABEDORIA ”

**PROJETO DE LEI Nº 08, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025.
INSTITUI O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DO
MUNICÍPIO DE PICUÍ (PAA-PICUÍ), E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE
PICUÍ**, Estado da Paraíba FAZ SABER, que a Câmara Municipal
aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos
no âmbito do Município de Picuí, tendo como parâmetro a Lei Federal
nº 14.628, de 20 de julho de 2023, que instituiu o Programa de
Aquisição de Alimentos (PAA) e a Cozinha Solidária.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Art. 2º Fica instituído o Programa Municipal de Aquisição de
Alimentos (PAA-Picuí), com as seguintes finalidades:

I - incentivar a agricultura familiar, a pesca artesanal e a
piscicultura, com prioridade para seus segmentos em situação de
pobreza e de pobreza extrema, e promover a inclusão econômica e
social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de
alimentos em geral, à industrialização e à geração de renda;

II - contribuir para o acesso à alimentação, em quantidade,
qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de
insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito
humano à alimentação adequada e saudável, em cumprimento ao
disposto no art. 6º da Constituição Federal;

III - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos
produzidos pela agricultura familiar, pela pesca artesanal e pela
piscicultura municipal;

IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as
compras governamentais de alimentos;

V - apoiar a formação de estoque pelas cooperativas e demais
organizações da agricultura familiar, da pesca artesanal e da
piscicultura municipais;

VI - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de
comercialização da produção da agricultura familiar, da pesca
artesanal e da piscicultura;

VII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção
orgânica e agroecológica de alimentos;

VIII - incentivar hábitos alimentares saudáveis em âmbito
local;

IX - incentivar o cooperativismo e o associativismo;

X - incentivar a produção por comunidades tradicionais,
assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, negros,
mulheres, juventude rural e agricultores familiares urbanos e
periurbanos, nos termos do regulamento;

XI - incentivar a produção agroecológica e orgânica, bem
como a adoção de quaisquer práticas associadas à conservação da
água, do solo e da biodiversidade nos imóveis da agricultura familiar;

XII - reduzir as desigualdades sociais; e

XIII - fomentar a produção familiar de agricultores que

possuam pessoas com deficiência entre seus dependentes.

§ 1º O PAA-Picuí integra o Sistema Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional (Sisan).

§ 2º Ato do Poder Executivo municipal disporá sobre o
regulamento do PAA-Picuí.

Art. 3º Ato do Poder Executivo municipal instituirá o Grupo
Gestor do PAA-Picuí, órgão colegiado de caráter deliberativo, com
composição e atribuições a ser estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. A participação social no Grupo Gestor do PAA-
Picuí e em seus comitês consultivos será estabelecida em
regulamento.

Art. 4º O Poder Executivo municipal poderá adquirir,
dispensada a licitação, os alimentos produzidos pelos beneficiários
fornecedores de que trata o art. 5º desta Lei, observada a
disponibilidade orçamentária e financeira e desde que atendidos,
cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - os preços sejam compatíveis com os preços vigentes no
mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos conforme
metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA-Picuí;

II - o valor máximo anual para aquisições de alimentos em
cada modalidade, por unidade familiar, por cooperativa ou por outras
organizações da agricultura familiar, seja respeitado, nos termos do
regulamento;

III - os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos
beneficiários e cumpram os requisitos de controle de qualidade
previstos na legislação; e

IV - as demais normas estabelecidas para compra específica
de cada modalidade sejam observadas, na forma estabelecida pelo
Grupo Gestor do PAA-Picuí.

§ 1º Na hipótese de impossibilidade de cotação de preços no
mercado local ou regional, produtos agroecológicos ou orgânicos
poderão ter acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos
preços estabelecidos para produtos convencionais.

§ 2º São considerados de produção própria os seguintes
produtos resultantes das atividades dos beneficiários de que trata o
art. 5º desta Lei, na forma estabelecida pelo Grupo Gestor do PAA-
Picuí:

I - *in natura*;

II - processados;

III - artesanais;

IV - beneficiados; ou

V - industrializados.

§ 3º No processamento, no beneficiamento e na
industrialização dos produtos a ser fornecidos ao PAA-Picuí, os
beneficiários fornecedores poderão adquirir os insumos e contratar a
prestação dos serviços necessários, inclusive de pessoas físicas e
jurídicas não enquadradas como beneficiárias, desde que observadas
as diretrizes e as condições estabelecidas pelo Grupo Gestor do PAA-
Picuí.

Art. 5º Poderão fornecer produtos ao PAA-Picuí os agricultores
familiares, os pescadores artesanais e os piscicultores, devidamente
inscritos no Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF), e que se
enquadrarem no disposto na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de
2006, bem como os demais públicos beneficiários que produzam em
áreas rurais, urbanas e periurbanas, conforme regulamento.

§ 1º As aquisições dos produtos para o PAA-Picuí poderão ser
efetuadas diretamente dos beneficiários individuais de que trata o
caput deste artigo ou indiretamente, por meio de suas cooperativas,
associações de produtores e demais organizações, observada a

disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º Na hipótese de participação de comunidades quilombolas e tradicionais, o Grupo Gestor do PAA-Picuí poderá estabelecer critérios diferenciados de enquadramento para atender a realidades culturais e sociais específicas, nos termos do regulamento do Programa.

Art. 6º O Grupo Gestor do PAA-Picuí estabelecerá critérios de acesso ao Programa dos seguintes grupos prioritários:

I - as famílias incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);

II - comunidades tradicionais;

III - assentados da reforma agrária;

IV - pescadores;

V - negros;

VI - mulheres;

VII - juventude rural;

VIII - pessoas idosas;

IX - pessoas com deficiência; e

X - famílias que tenham pessoas com deficiência como dependentes.

Art. 7º As modalidades do PAA-Picuí serão estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar modalidade de compra de sementes, de mudas e de materiais propagativos para alimentação humana ou animal para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores.

Art. 8º Do total de recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e pelas entidades da administração pública municipal, percentual mínimo de 30% (trinta por cento) será destinado, sempre que possível, à aquisição de produtos de agricultores familiares e de suas organizações, por meio de modalidade específica, nos termos do regulamento.

§ 1º Os órgãos e as entidades da administração pública estadual, distrital e municipal poderão utilizar-se da modalidade a que se refere o *caput* deste artigo para a aquisição de gêneros alimentícios e de materiais propagativos da agricultura familiar.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se às contratações realizadas pela administração pública municipal em que houver aquisição ou fornecimento de gêneros alimentícios, por meio de obrigação atribuída à contratada, conforme disposto em regulamento.

Art. 9º Os produtos adquiridos pelo PAA-Picuí terão as seguintes destinações, obedecidas as regras estabelecidas pelo Grupo Gestor do PAA-Picuí:

I - promoção de ações de segurança alimentar e nutricional;

II - formação de estoques; ou

III - atendimento às demandas de gêneros alimentícios e de materiais propagativos por parte da administração pública municipal.

§ 1º. Em razão de situação de emergência ou em estado de calamidade pública reconhecidos nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, será admitida a aquisição de produtos destinados à alimentação animal para doação ou venda com deságio pelos beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º. Os hospitais públicos e privados sem fins lucrativos e as entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que integram a rede socioassistencial, preferencialmente de atendimento a pessoas idosas e a pessoas com deficiência, podem ter as suas demandas de gêneros alimentícios atendidas pela administração pública com produtos do PAA.

Art. 10. O PAA poderá ser executado:

I - mediante termo de adesão firmado pela administração pública municipal, dispensada a celebração de convênio; ou

III - diretamente pelo órgão comprador, na modalidade a que se refere o art. 8º desta Lei.

Art. 11. Para a execução das ações de implementação do PAA-Picuí, fica a administração municipal autorizada a efetuar pagamentos aos executores do Programa, nos termos do regulamento, com a finalidade de contribuir com as despesas de operacionalização das metas acordadas e de assistência técnica e extensão rural, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

Parágrafo único. Os serviços de assistência técnica e extensão rural de que dispõe o *caput* deste artigo têm o objetivo de auxiliar a articulação, a elaboração, a organização e a gestão dos projetos de venda ao PAA-Picuí, especialmente o público beneficiário prioritário de que trata o art. 6º desta Lei.

Art. 12. O pagamento aos beneficiários fornecedores será efetuado diretamente pela administração municipal.

§ 1º O pagamento de que trata o *caput* deste artigo será efetuado por meio das instituições financeiras oficiais, dispensada a realização de licitação, na forma prevista em regulamento.

§ 2º Para efetuar o pagamento de que trata o *caput* deste artigo, será admitido, como comprovação da entrega e da qualidade dos produtos, termo de recebimento e aceitabilidade, atestado por representante da entidade que receber os produtos, na forma prevista em regulamento.

§ 3º Para fins do disposto no § 1º deste artigo, o documento fiscal será atestado pela unidade executora, à qual compete a guarda dos documentos, na forma prevista em regulamento.

Art. 13. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é instância de controle e participação social do PAA-Picuí.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A implementação do PAA-Picuí e a sua operacionalização serão realizadas de forma conjunta com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Executivo Municipal, considerando a presença de Conselho Municipal competente para tal.

Art. 15. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a providenciar logística para recepção, armazenamento e distribuição dos produtos amparados pelo PAA-Picuí, através da organização de centros de distribuição, ou equipar espaços públicos existentes com equipamentos de conservação e armazenamento.

Art. 16. As despesas com a execução das ações do Programa instituído por esta Lei correrão a conta de dotação orçamentária anualmente consignada no Orçamento Municipal, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual, bem como através de recebimento de repasses advindos do Estado, União e particular.

Art. 17. Os casos omissos nesta Lei, no que se refere a execução da Política Municipal de Aquisição de Alimentos, serão dirimidos pelo Conselho competente, através de resoluções.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Picuí-PB, em
17 de fevereiro de 2025.

JOZELMA CECÍLIA COSTA DANTAS
- Presidente -

MARIA EDNALVA DANTAS
- 1ª Secretária -

ANTÔNIO ASSUNÇÃO HENRIQUES
- 2º Secretário -

**PROJETO DE LEI Nº 30, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025.
DISPOE SOBRE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE PICUI PARA O EXERCÍCIO DE 2026.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE
PICUI,** Estado da Paraíba

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Título I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art 1º. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Picuí para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I – Orçamento Fiscal referente aos Poderes, Órgãos e Entidade da Administração Pública Municipal direta e indireta, instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os Órgãos e Entidade a ele vinculada, da Administração Pública Municipal direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Título II DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo I DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art 2º - A Receita total, estimada a preços de julho de 2025, corresponde a R\$ 173.500.578,36 (cento e setenta e três milhões, quinhentos mil, quinhentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Art 3º - As Receitas estimadas decorrerão da arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, nos termos da legislação vigente, discriminadas em anexo a este Projeto de lei, com o seguinte desdobramento:

JORNAL OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO – PICUI - PB, 09 DE DEZEMBRO DE 2025 - PÁG. - 03

			Reserva de Contingência	561.826,81
			1.2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
			1.2.1. PODER LEGISLATIVO	4.150.000,00
			Câmara Municipal	4.150.000,00
			1.2.2. PODER EXECUTIVO	14.469.904,05
			Instituto de Previdência Soc.Serv.Pref. Picuí	16.728.868,50
			Reserva orçamentária do RPPS	741.217,55
			TOTAL GERAL	173.500.578,36
Seção III				
Da Distribuição da Despesa por Função de Governo				
(R\$ 1,00)				
01 Legislativa 4.150.000,00				
04 Administração 7.797.009,52				
08 Assistência Social 10.101.495,03				
09 Previdência Social 16.364.867,53				
10 Saúde 42.992.026,80				
14 Trabalho 27.729,37				
12 Educação 59.755.862,01				
13 Cultura 3.554.097,41				
15 Urbanismo 11.223.908,06				
16 Habitação 677.585,03				
17 Saneamento 332.462,44				
18 Gestão Ambiental 3.552,43				
20 Agricultura 5.103.928,54				
23 Comércio e Serviço 38.742,63				
25 Energia 2.555.237,21				
26 Transporte 776.072,63				
27 Desporto e Lazer 328.591,59				
28 Encargos Especiais 6.414.365,77				
99 Reserva de Contingência 1.303.044,36				
TOTAL GERAL 173.500.576,36				
Capítulo III				
DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES				
Art 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a:				
I – Durante o exercício, abrir créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das despesas fixadas no Art. 4º, deste Projeto de Lei, realizando quando necessário, transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um Órgão/Poder para outro, utilizando como recursos os definidos no Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Conforme determina o Art. 8º da Lei nº 2.082/2025 – Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.				
Art 7º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.				
Art 8º - Revogam-se as disposições em contrário.				
Sala de Sessões da Câmara Municipal de Picuí-PB, em 30 de setembro de 2025.				
JOZELMA CECÍLIA COSTA DANTAS				
- Presidente -				
MARIA EDNALVA DANTAS				
- 1ª Secretária -				
ANTÔNIO ASSUNÇÃO HENRIQUES				
- 2º Secretário				

			(R\$1,00)
1. RECEITA DO TESOURO			
1.1. RECEITAS CORRENTES	161.748.299,59		
1.1.1- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.017.810,89		
1.1.2- Receitas de Contribuições	3.844.668,28		
1.1.3- Receita Patrimonial	5.771.705,40		
1.1.4- Receitas de Serviços	119.995,66		
1.1.5- Transferências Correntes	132.041.295,55		
1.1.6- Outras Receitas correntes	3.952.823,81		
1.2 RECEITAS DE CAPITAL	11.670.026,30		
1.2.1 - Alienação de Bens	108.990,00		
1.2.2 - Transferências de Capital	11.561.036,30		
1.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA CORRENTE	9.956.600,14		
1.3.1- Contribuições Previdenciárias	9.956.600,14		
2. DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	(9.874.347,67)		
		TOTAL	173.500.578,36
I – DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA			
(R\$1,00)			
1. DESPESAS CORRENTES	144.244.714,86		
Pessoal e Encargos Sociais	98.654.229,07		
Outras Despesas Correntes	45.590.485,79		
2. DESPESAS DE CAPITAL	27.952.819,14		
Investimentos	23.396.071,89		
Inversões Financeiras	57.950,51		
Amortização da Dívida	4.498.796,74		
3. RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	741.217,55		
4. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	561.826,81		
TOTAL GERAL	173.500.578,36		
(R\$1,00)			
Seção II			
II – Da Distribuição da Despesa por Poderes e Órgãos			
(R\$ 1,00)			
1. RECURSOS DO TESOURO.			
1.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
1.1.1. PODER EXECUTIVO	151.880.674,31		
Gabinete do Prefeito	1.977.623,64		
Secretaria de Administração	3.907.746,02		
Secretaria de Planejamento	283.358,26		
Secretaria da Fazenda	7.675.128,40		
Secretaria de Agricultura	8.059.193,57		
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	63.638.551,01		
Fundo Municipal de Saúde	43.065.176,44		
Fundo Municipal de Assistência Social	10.806.809,43		
Secretaria de Infraestrutura	11.905.260,73		
Reserva de Contingência	561.826,81		